



RESIDÊNCIAS EM SAÚDE:

**EXPERIÊNCIAS,
PESQUISA E PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO
PARA O SUS**

SORAYA A. U. CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



RESIDÊNCIAS EM SAÚDE:

**EXPERIÊNCIAS,
PESQUISA E PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO
PARA O SUS**

SORAYA A. U. CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Capa

Daphynny Pamplona

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Residências em saúde: experiências, pesquisa e produção do conhecimento para o SUS

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R433 Residências em saúde: experiências, pesquisa e produção do conhecimento para o SUS / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-217-0

<https://doi.org/10.22533/at.ed.170212506>

1. Saúde pública. 2. Saúde. 3. SUS (Sistema Único de Saúde). I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 362.1

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Desde a instituição de Programas de Residências Multiprofissionais em Saúde e com a crescente expansão dos Programas e linhas de atuação no Brasil, encontraremos experiências exitosas, ricas em qualidade dos debates proferidos em distintos campos de atuação.

A coletânea de textos Residências em Saúde Pesquisa e Produção de Conhecimento para o SUS reúne artigos heterogêneos de distintas Programas de Residência pelo Brasil. Neste contexto, reúne 10 (dez) artigos que tratam de formação em serviço sistematizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os artigos são frutos de pesquisas, revisão de literatura, relatos de experiências, estudo de caso e ensaios teóricos e colocam em evidência o cotidiano dos serviços, os desafios enfrentados pelos diversos atores que integram o processo de formação em serviço na modalidade Residência em Saúde.

Dessa forma, convidamos a conhecer os trabalhos, partilhar experiências, reflexões e resultados alcançados, fomentar o debate no processo de produção e socialização do conhecimento no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O CONSULTÓRIO NA RUA COMO LINHA DE FRENTE NO ENFRENTAMENTO À COVID-19: EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Nemório Rodrigues Alves
Jorgina Sales Jorge
Flaviane Maria Pereira Belo
Ahyas Sydcley Santos Alves
Heloisa Wanessa Araújo Tigre
Cayo Emmanuel Barboza Santos
José Leandro Ramos de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125061>

CAPÍTULO 2..... 7

ATENÇÃO DOMICILIAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, JUDICIALIZAÇÃO E PROLONGAMENTO DA VIDA

Caroline Silva de Araujo Lima
Beatriz Palácio Andrade
Gabriel Fernandes Franco
Jorge Lucas Schettino Dias do Nascimento Pinto
Anna Bonato Gomes Fernandes
Valdeci José Oliveira Junior
Laís Cristovam Pina
Fernando de Andrade Pinheiro
Arthur Franzão Gonçalves
Anna Laura Savini Bernardes de Almeida Resende
Sarah Cristina Garcia Gomes
Guilherme Cristovam Pina
Giovana Nunes de Assunção
Letícia Figueiredo Macêdo
Isabele Dória Cabral Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125062>

CAPÍTULO 3..... 14

FORMAÇÃO EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA NO ÂMBITO DO SUS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO

Lis Maria Machado Ribeiro Bezerra
Ágna Retyelly Sampaio de Souza
Ana Paula Pinheiro da Silva
Camilla Ytala Pinheiro Fernandes
Cícera Luana de Lima Teixeira
Daniel Fernandes Pereira
Dioneide Pereira da Silva
João Márcio Fialho Sampaio
Lazaro Ranieri de Macedo

Luciana Nunes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125063>

CAPÍTULO 4..... 25

RELAÇÃO ENTRE MOBILIDADE FUNCIONAL E FORÇA MUSCULAR DE IDOSOS DE UM PROGRAMA PÚBLICO DE ATIVIDADES FÍSICAS

Cristianne Confessor Castilho Lopes

Marilda Moraes da Costa

Ana Letícia Ferreira Vilela

Daniela dos Santos

Paulo Sérgio Silva

Tulio Gamio Dias

Eduardo Barbosa Lopes

Alessandra Novak

Laísa Zanatta

Vanessa da Silva Barros

Talitta Padilha Machado

Liamara Basso Dala Costa

Heliude de Quadros e Silva

Youssef Elias Ammar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125064>

CAPÍTULO 5..... 37

EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA IDOSOS FRÁGEIS E SARCOPÊNICOS HOSPITALIZADOS: REVISÃO DE LITERATURA

Tatiane Caroline Boumer

Elizabete Cristina Faustino

Flavia Dawidowicz Cania

Helena Queiroz Moraes

Regiane Mendes Tarocco Borsato

Paulo Henrique Coltro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125065>

CAPÍTULO 6..... 49

EXAME FÍSICO DAS MAMAS: UMA VISÃO AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Amanda Rezende Gonçalves

Ivana Ferreira Oliveira

Vivianne Aparecida Accarino Grobério

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125066>

CAPÍTULO 7..... 60

PROTOCOLO PARA O USO DA BOLA SUÍÇA NO TRABALHO DE PARTO

Juliana de Jesus Souza

Clícia Valim Côrtes Gradim

Estefânia Santos Gonçalves Félix Garcia

Eliana Peres Rocha Carvalho Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125067>

CAPÍTULO 8	72
AMAMENTAÇÃO NO PUERPÉRIO IMEDIATO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE RESIDENTES MULTIPROFISSIONAIS	
Francisca Kelle de Sousa Ferreira	
Maciel Lopes da Silva	
Tâmara Stéphanie Lucena de Medeiros Costa	
Larissa Lucena de Araújo	
Bruna Cordeiro de Araújo	
Rita de Kássia Alves de Oliveira	
Maria Luiza de Oliveira Medeiros	
Jéssica Jane Soares de Melo	
Fernanda Figueiredo Cruz	
Lívia Dayane de Medeiros Moura	
Ana Carine Arruda Rolim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125068	
CAPÍTULO 9	80
METÁSTASE CARDÍACA NO CÂNCER DE MAMA: UM RELATO DE CASO	
Luís Fillipe Torres Filgueira	
Gina Zully Carhuancho Flores	
Cristiane de Carvalho Coutinho	
Gerson Bruno Garcia de Souza Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1702125069	
CAPÍTULO 10	82
CARACTERÍSTICAS EPIDEMIOLÓGICAS DOS ÓBITOS MATERNOS OCORRIDOS EM MACEIÓ, AL, BRASIL (2010 – 2015)	
Aline Maria Fatel da Silva Pires	
Maria Lucélia da Hora Sales	
Sofia Soares Amorim	
Carlos Alberto de Lima Junior	
Ingrid Rocha Antunes	
José Ismair de Oliveira dos Santos	
Rafaella Maria Bezerra Pinheiro Custódio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.17021250610	
SOBRE O ORGANIZADORA	96
ÍNDICE REMISSIVO	97

CAPÍTULO 2

ATENÇÃO DOMICILIAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, JUDICIALIZAÇÃO E PROLONGAMENTO DA VIDA

Data de aceite: 21/06/2021

Caroline Silva de Araujo Lima

Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga
(FADIP)
Ponte Nova-MG

Beatriz Palácio Andrade

Universidade Potiguar (UNP)
Natal-RN

Gabriel Fernandes Franco

Centro Universitário Governador Ozanam
Coelho (UniFagoc)
Ubá-MG

Jorge Lucas Schettino Dias do Nascimento Pinto

Centro Universitário Governador Ozanam
Coelho (UniFagoc)
Ubá-MG

Anna Bonato Gomes Fernandes

Centro Universitário Governador Ozanam
Coelho (UniFagoc)
Ubá-MG

Valdeci José Oliveira Junior

Centro Universitário Governador Ozanam
Coelho (UniFagoc)
Ubá-MG

Laís Cristovam Pina

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio
Carlos Prudente (IMEPAC)
Araguari-MG

Fernando de Andrade Pinheiro

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio
Carlos Prudente (IMEPAC)
Araguari-MG

Arthur Franzão Gonçalves

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio
Carlos Prudente (IMEPAC)
Araguari-MG

Anna Laura Savini Bernardes de Almeida Resende

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio
Carlos Prudente (IMEPAC)
Araguari-MG

Sarah Cristina Garcia Gomes

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
(PUC-GO)
Goiânia- GO

Guilherme Cristovam Pina

UniEVANGÉLICA
Anápolis- GO

Giovana Nunes de Assunção

Universidade Potiguar (UNP)
Natal-RN

Letícia Figueiredo Macêdo

Universidade Potiguar (UNP)
Natal-RN

Isabele Dória Cabral Correia

Universidade Potiguar (UNP)
Natal-RN

RESUMO: A oxigenoterapia domiciliar é voltada, via de regra, para pacientes com doenças pulmonares crônicas (DPOC). Nessa baila,

o presente artigo objetiva expor o que é a oxigenoterapia domiciliar e quais são os seus benefícios na atenção domiciliar e no prolongamento da vida, analisando os princípios do SUS e o direito à vida consagrado pela Constituição Federal. Concluindo, por maiores investimentos em tecnologia, formulação de planejamento eficiente e compromisso por parte dos gestores de saúde e Entes federados em aprimorar a terapia e sua utilização, enquanto complemento da atenção básica e efetivação do acesso a saúde, diminuindo filas e a superlotação dos hospitais, melhorando a qualidade do tratamento e da vida do paciente.

PALAVRAS - CHAVE: Atenção domiciliar; SUS; Oxigenoterapia.

ABSTRACT: Home oxygen therapy is, as a rule, aimed at patients with chronic lung diseases (COPD). In this discussion, this article aims to expose what home oxygen therapy is and what are its benefits in home care and life extension, analyzing the principles of SUS and the right to life enshrined in the Federal Constitution. In conclusion, due to greater investments in technology, provision of efficient planning and commitment by health managers and federated entities to improve therapy and its use, as a complement to primary care and effective access to health, reducing queues and overcrowding in hospitals, improving the quality of treatment and the patient's life.

KEYWORDS: Home care; SUS; Oxygen therapy.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo, tem como objetivo analisar a oxigenoterapia enquanto terapia para enfermidades como a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC)¹, a ser aplicada no âmbito domiciliar com o acompanhamento de uma equipe de atenção domiciliar propiciando a melhora na qualidade de vida e a ampliação da sobrevida dos pacientes.

Dessa forma, o presente artigo analisará as dificuldades para implantação efetiva desse tratamento, considerando o alto custo e os critérios para sua aplicação, diante dos prejuízos do uso inadequado e da ausência de acompanhamento técnico.

À vista dessas dificuldades na implantação da oxigenoterapia domiciliar, iniciou-se o processo de judicialização dessa terapia, como forma do cidadão garantir o seu direito conferido pela Constituição Federal, fazendo valer a Lei 8.080/90 e princípios sensíveis norteadores do Estado Democrático de Direito.

Logo, a judicialização tem seus problemas, os quais serão expostos e analisados no presente artigo, com ênfase nas consequências práticas da judicialização da saúde, ante a necessidade de planejamento e gestão pelos Entes federados, solidários em se tratando de serviços de saúde.

A presente pesquisa adotou a busca bibliográfica e documental, analisando artigos

1 É um estado patológico caracterizado por limitação do fluxo de ar que não é totalmente reversível. Essa definição é uma descrição ampla e mais moderna da DPOC que explica melhor esse distúrbio, seus sinais e sintomas. A DPOC pode incluir as doenças que causam a obstrução do fluxo de ar (p.ex., enfisema, bronquite crônica) ou qualquer complicação desses distúrbios. Outras patologias, como fibrose cística, bronquioectasia e asma, que outrora eram classificadas como tipos de DPOC, atualmente são classificadas como distúrbios pulmonares crônicos. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/9676/1/AD16_2017.pdf

originais, retirados de plataformas online como Scielo, Google Acadêmico, Medline e Portarias do Ministério da Saúde, a fim de conceituar o que é oxigenoterapia, evidenciando seus benefícios e impactos na saúde, à vista da judicialização da saúde para fazer valer o texto constitucional.

2 | ATENÇÃO DOMICILIAR E OXIGENOTERAPIA NO ÂMBITO DO SUS

O Ministério da Saúde, no ano de 2011, instituiu a atenção domiciliar no âmbito do SUS, através da Portaria nº 2.029, de 24 de agosto de 2011, sendo essa redefinida pela Portaria nº 963, de 27 de maio de 2013, considerando a atenção domiciliar como incorporação tecnológica de caráter substitutivo ou complementar à intervenção hospitalar de baixa e média complexidade e complementar à atenção básica.

A atenção domiciliar pode ser conceituada como uma modalidade de atenção à saúde que visa complementar a internação hospitalar, segundo a qual a inserção tecnológica médica desempenha o papel de auxiliar o paciente durante o seu tratamento. O atendimento a saúde domiciliar também pode ser entendido como uma via alternativa, tendo em vista as superlotações dos hospitais, má qualidade do atendimento, custos elevados no tratamento de doenças e o avanço das tecnologias em saúde (BRASIL, 2013)

A oxigenoterapia diz respeito a administração de oxigênio, como medida terapêutica, em determinadas concentrações superiores a existente no ar ambiente. Sendo assim, essa administração é realizada por meio de cateter nasal, cânula nasal e máscara facial. Geralmente esse tratamento é utilizado em casos de doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC)².

O objetivo da oxigenoterapia é corrigir a hipoxemia mais grave que atinge os pacientes que apresentam estágios avançados da doença e assim melhorar a oxigenação dos tecidos. Dessa forma, a oxigenoterapia necessita de uma fonte de oxigênio externa, capaz de fornecer uma concentração de oxigênio em quantidades maiores que o percentual existente no ar ambiente.

Insta dizer, que o oxigênio consta na lista dos medicamentos essenciais da Organização Mundial de Saúde, mas ainda não é uma fonte de fácil acesso, nem amplamente disponível em todos os países, sendo escasso em países subdesenvolvidos, dificultando o tratamento das pessoas que necessitam da oxigenoterapia.

Nessa esteira, os concentradores de oxigênio se tornam um caminho opcional para serem adquiridos, em razão do baixo custo para os serviços de saúde públicos, principalmente em países mais pobres, uma vez que os cilindros de oxigênio carecem de

2 É um estado patológico caracterizado por limitação do fluxo de ar que não é totalmente reversível. Essa definição é uma descrição ampla e mais moderna da DPOC que explica melhor esse distúrbio, seus sinais e sintomas. A DPOC pode incluir as doenças que causam a obstrução do fluxo de ar (p.ex., enfisema, bronquite crônica) ou qualquer complicação desses distúrbios. Outras patologias, como fibrose cística, bronquioectasia e asma, que outrora eram classificadas como tipos de DPOC, atualmente são classificadas como distúrbios pulmonares crônicos. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/9676/1/AD16_2017.pdf

altos investimentos devido ao seu custo elevado. Logo, a própria OMS, recomenda que os concentradores de oxigênio tenham uma concentração superior a 82%, devendo ser capazes de oferecer um fluxo contínuo de oxigênio.

Outrora, existem alguns riscos ligados à oxigenoterapia domiciliar, como incêndios e explosões, efeitos funcionais e tóxicos, em razão das propriedades do oxigênio, carecendo de orientação aos pacientes e cuidadores quanto a utilização do equipamento.

3 | OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR E JUDICIALIZAÇÃO: PROLONGAMENTO DA VIDA

O serviço de oxigenoterapia domiciliar pode contribuir com a redução das internações hospitalares por doenças crônicas. No entanto, é necessário realizar um maior controle do processo tecnológico em saúde para garantir a qualidade, segurança no processo tecnológico em saúde dessa modalidade de assistência.

Embora os manuais do Ministério da Saúde, como os cadernos de atenção domiciliar, façam uma abordagem acerca dos critérios clínicos de indicação e admissão do programa de oxigenoterapia domiciliar, ao analisar a regulamentação sobre a matéria, não existe nenhuma normatização quanto a exigência do fornecimento desse insumo, acarretando na judicialização da oxigenoterapia enquanto assistência domiciliar no SUS.

Dessa forma, cada vez mais o fenômeno da judicialização da saúde vem sendo adotado para garantir o acesso à saúde e o direito à vida garantido pela Constituição Federal, sendo caracterizado por reivindicações e atuação ativa do Poder Judiciário para a garantia dos direitos amplamente defendidos nos tratados internacionais sobre direitos humanos. A vista disso, o mencionado fenômeno abarca diversos aspectos, dentre eles, políticos, sociais, éticos e sanitários, que ultrapassam o viés jurídico, alcançando uma atuação eficiente do judiciário e do poder público em cumprir a possível ordem judicial.

Insta dizer, que esse fenômeno ainda é recente, mas possui grande relevância, tomando forma pouco a pouco em nosso país, ao passo que, envolve diversos interessados, como os profissionais de saúde, os gestores de saúde, os entes federados no cumprimento solidário de suas obrigações com o direito à saúde do cidadão, o próprio cidadão e o poder judiciário.

Esse fenômeno iniciou-se no Brasil a partir da década de 90, com requerimentos de medicamentos antirretrovirais no combate a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - SIDA/AIDS, representando desde então, um importante mecanismo opcional para que o cidadão consiga acesso a medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde, proporcionando assim, o acesso integral à saúde.

São diversas as razões que explicam o fenômeno da judicialização, valendo a pena anotação das três principais citadas pelo ministro Barroso³:

3 Barroso, L. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Revista Eletrônica de Direito do Estado. 2012;5(1):23-32.

A primeira refere-se à redemocratização do Estado que propiciou aos indivíduos o exercício da sua cidadania e a busca do Judiciário para protegerem seus interesses, além da expansão das Defensorias Públicas para diversas partes do país; a segunda destaca a saúde como um direito na Constituição Federal, o que a transforma potencialmente em pretensão jurídica e; a terceira é o sistema brasileiro de constitucionalidade que permite o questionamento de qualquer lei perante o juiz ou tribunal. (BARROSO, 2012)

Logo, conforme os dizeres de Barroso, o fenômeno da judicialização não foi espontâneo, nem isolado, mas promovido desde o seu início por organizações e conselhos de saúde, onde participavam entidades de proteção aos direitos das pessoas com agravos ou doenças, como por exemplo, diabetes, hipertensão, hemofilia, possuindo um papel essencial na judicialização da saúde no país.

Mesmo com a relevante importância que o tema tem assumido, principalmente, quando a pauta é o impacto no orçamento público, de modo que, a judicialização dessa terapia é um obstáculo a ser superado pelos gestores de saúde e até mesmo pela justiça.

Nessa toada, a Carga Magna de 1988 também tratou do federalismo solidário, impondo o acesso aos serviços de saúde como competência comum entre os entes federados, sendo eles a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, lado outro, tenha adotado a execução dos serviços de saúde pela municipalidade.

Ora, a judicialização pode ser utilizada como uma ferramenta de efetividade da garantia ao direito à saúde, no qual, muitos estudiosos do tema, evidenciam esse fenômeno como um reconhecimento de pretensões individuais a prestações positivas do Estado, na qual as falhas na execução das políticas públicas existentes culminam num impacto para o financiamento do SUS e, conseqüentemente, no acesso aos serviços públicos pelos profissionais de saúde.

Nessa monta, mesmo com toda a problemática que a judicialização acarreta à gestão do SUS, diversos autores e gestores consideram legítima o exercício do direito à saúde pela via judicial, com o argumento de que este direito é inviolável, independentemente de questões políticas e orçamentárias.

Não obstante, vê-se que esse fenômeno traz a possibilidade de se diagnosticar onde está o problema, seja nos insumos, na falta de medicamentos ou tratamentos, fazendo com que sejam produzidos estudos e políticas públicas a respeito do tema, garantido assim, ações que propiciem o acesso integral e universal aos serviços de saúde.

Por fim, a vista desse cenário e da escassa produção científica, acerca da judicialização da saúde e da oxigenoterapia domiciliar, é que a análise do presente artigo teve o objetivo de expor e compreender o que é essa terapia e qual o envolvimento do poder judiciário quanto a esse tema. Sendo, portanto, a oxigenoterapia domiciliar utilizada como um tratamento opcional para o prolongamento da vida, propiciando acesso a saúde efetivo, qualidade e preservação da vida.

4 | CONCLUSÃO

A oxigenoterapia é vista como uma terapia atrelada a atenção domiciliar que, objetiva prolongar e preservar com qualidade a vida do paciente em tratamento. De todo modo, mesmo sendo ausente o uso das tecnologias em domicílio e lento o processo de adoção dessa modalidade assistencial à saúde pelo nosso país, devido aos altos custos e a carência de bons gestores, é nítido a importância e a discussão acadêmica a ser debatida sobre o tema.

Desse modo, à vista do exposto, foi evidenciado que são necessárias melhorias na prestação dos serviços de saúde para que a sociedade seja atendida de forma efetiva, até uma melhor publicidade dos serviços prestados e levantamento de dados a fim de comparar as práticas empregadas na gestão da oxigenoterapia domiciliar.

Extraí-se do estudo que a judicialização da oxigenoterapia domiciliar é um fenômeno recente que garante sua aplicação àqueles que necessitam, sendo um mecanismo de busca dos cidadãos para assegurarem seus direitos conferidos pela Constituição Federal. No entanto, essa judicialização acarreta diversos problemas para o funcionamento dos serviços de saúde, carecendo de gestão e planejamento para entender o fenômeno e realizar ampliações e modificações nas políticas públicas de saúde, visando o atendimento integral e universal das demandas existentes.

Portanto, a oxigenoterapia domiciliar enquanto componente da atenção domiciliar, carece do desenvolvimento de estratégias que abarquem os serviços de saúde, órgãos públicos de todos os Entes federados e instituições de ensino, com o objetivo de fornecer à população um serviço público de qualidade, garantindo assim, o disposto na Constituição Federal de 1988 e a Lei do SUS.

Por fim, a oxigenoterapia domiciliar visa o prolongamento da vida, com qualidade e eficiência, comprovando que o paciente tem melhores resultados ao realizar o tratamento dentro do seu lar e acompanhado de familiares e pessoas próximas. À vista disso, são crescentes as ordens judiciais exigindo o cumprimento forçado para promoção desse tipo de tratamento, que deve ser ofertado sempre que necessário. Logo, é benéfico o mencionado tratamento, devendo o ser aplicado com eficiência a fim de garantir direitos essenciais do cidadão.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*. 2012;5(1):23-32.

BÔAS, M. L. de C. V., et al. Elaboração de instrumento de classificação de complexidade assistencial de pacientes em atenção domiciliar. *Rev. Esc. Enfermagem da USP*. V.50, n.3, p.434-441, 2016.

BREVIGLIERI, L. R. C.; MADEU, D.P.; ROMALDINI, J. G. B. Oxigenoterapia na DPOC: indicação, uso no exercício e em viagens aéreas. In: NASCIMENTO, O. A.; PINTO, R. M.C.; BADI, B. G. (editores), *Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica e Tabagismo, série Atualização e Reciclagem em Pneumologia-SPPT*, volume 8, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Hospital Alemão Oswaldo Cruz. *Recomendações para Ventilação Mecânica Invasiva*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018, 42p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/recomendacoes_ventilacao_mecanica.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 963, de 27 de Maio de 2013. Redefine a atenção domiciliar no âmbito do SUS. Brasília; 2013. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/54869258/dousecao-1-28-05-2013-pg-30?ref=previous_button. Acesso em 2 de mai. 2021.

BRASIL, M. D. S. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011 - 2022. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2011.

BRASIL, M. D. S. Política Nacional de Atenção Básica. MS ed. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2012a.

BRASIL, M. D. S. Caderno de Atenção Domiciliar. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2012b.

BRASIL, M. D. S. Caderno de Atenção Domiciliar. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2013.

BRASIL, M. D. S. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. BRAS: Secretaria de Atenção à Saúde, 2014a.

DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli; SILQUEIRA, Salete Maria de Fátima; BARBOSA, Rita de Cássia G. de A. B.; VASCONCELOS, Telma Renata de Castro; ANASTÁCIO, Vera Lúcia Aparecida. Oxigenoterapia e ventilação mecânica em atenção domiciliar. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Versão atualizada 2017. 84 p.

ESPINA, C.A.A. Nova Técnica para indicação e controle para Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada. Coordenação de Pneumologia Sanitária. Porto Alegre, Nov, 2002.

KROP, H. D.; BLECH, A. J.; COHN, E. Neuropsychiatric effects of continuous oxygen therapy in chronic obstructive disease. *Chest*,v.64, p.317-332. 1973.

MEDICINE, ANNALS OF INTERNAL. Continuous or Nocturnal Oxygen Therapy in Hypoxemic Chronic Obstructive Lung Disease a clinical trial. Published Monthly by the American College of Physicians, v. 93, n. 3, p. 391–398, 1980.

PEREIRA, E. D. B., et al. Influência dos parâmetros funcionais respiratórios na qualidade de vida de pacientes com DPOC. *Jornal Bras. Pneumologia*. V.35, n.8, p.730-735, 2009.

SANTOS, K., et al. Relação entre força muscular periférica e respiratória e qualidade de vida em paciente com doença pulmonar obstrutiva crônica. *Medicina (Ribeirão Preto)*. V.45, n.5, p.417-424, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. Consenso Brasileiro de Oxigenoterapia domiciliar prolongada (ODP). *J Pneumol* 26(6), p 341 350, setembro 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aleitamento materno 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Assistência humanizada 61, 69

Atenção à Saúde 1, 3, 5, 9, 13, 22, 23, 37, 78

Atenção Primária à Saúde (APS) 3

C

Comitês de Morte Materna 83, 93

Consultório na Rua 6, 1, 2, 3, 6

COVID-19 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 22

D

Direitos Humanos 2, 10, 61, 89

E

Educação em Saúde 4, 13, 73, 75, 77

Educação Permanente em Saúde 14, 15, 16, 17, 21, 22, 73, 75

Enfermeiro Obstétrico 61

Envelhecimento 26, 27, 29, 32, 33, 35, 36

Envelhecimento Cronológico 27

Estudo de caso 5

Exame Físico de Mamas 50

Exercícios Físicos 7, 36, 37, 39

F

Formação em serviço 5, 6, 14, 15, 17, 19, 21, 23

G

Gestão em saúde 14, 16, 17, 21

I

Idosos 7, 5, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 47

J

Judicialização 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Judicialização da saúde 8, 9, 10, 11

L

Leite Materno 73, 76, 79

M

Ministério da Saúde 5, 6, 9, 10, 13, 15, 17, 23, 34, 61, 63, 69, 70, 74, 78, 94

Mobilidade Funcional 7, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36

Morte Materna 83, 89, 90, 93, 95

Mortes obstétricas 83

O

Organização Mundial da Saúde (OMS) 74

Oxigenoterapia 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Oxigenoterapia Domiciliar 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13

P

Parturiente 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Pesquisa 2, 5, 8, 16, 17, 27, 28, 41, 63, 69, 70, 75, 84, 85, 91, 93, 94

População em situação de rua 1, 2, 6

Programa de Residência 15, 16, 20, 62, 80

Prolongamento da vida 6, 7, 8, 10, 11, 12

Protocolo 7, 40, 41, 60, 63, 64, 68, 69, 80, 81

R

Rede Cegonha 62, 70, 84, 92, 93, 94

Residentes Multiprofissionais Em Saúde 73, 74, 75

S

Sarcopenia 37, 38, 39, 44, 45, 46, 47

Sistema Único de Saúde - SUS 5, 16, 96

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

RESIDÊNCIAS EM SAÚDE:

**EXPERIÊNCIAS,
PESQUISA E PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO
PARA O SUS**

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

RESIDÊNCIAS EM SAÚDE: EXPERIÊNCIAS, PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO PARA O SUS